

GÊNERO E LIXO COMO ELEMENTOS SIGNIFICATIVOS NA EXPERIÊNCIA DA AUTOGESTÃO

Sofia Reinach¹

Luis Guilherme Galeão-Silva²

RESUMO:

A economia solidária tem como proposta criar um sistema econômico e uma sociedade focados no ser humano em que esse protagoniza sua própria vida. As organizações autogestionárias são vistas como uma das formas de se alcançar esse objetivo. Essas organizações têm como principal característica o fato de os trabalhadores se organizarem de forma igualitária como donos do negócio. Este texto discute, a partir da observação da dinâmica do trabalho em uma cooperativa e das características das trabalhadoras, aspectos psicossociais que afetam e são afetados pela estrutura autogestionária da cooperativa. Na observação percebemos a importância das questões de gênero e da simbolização negativa do lixo e suas peculiaridades em uma organização autogestionária. Esta observação considera criticamente várias dimensões da atividade produtiva cooperada: a organizacional, a social e a psicológica.

Palavras chave: organizações autogestionárias, psicologia social comunitária e teoria crítica da sociedade, gênero, lixo.

ABSTRACT:

The proposal of social economy is to create an economic system and a whole society focused on the human being, who can be the protagonist of his own life. The self-managed organizations are seen as one of the ways to get this objective. These organizations have, as the main characteristic, the fact that the workers organize themselves managing the business in an equalitarian way. This text discusses, some psychosocial aspects that affect and are affected by the self managed structure of the cooperative, from the observation of the dynamics of a cooperative and from the characteristics of its workers. This observation critically considers some dimensions of the productive cooperated activities: the organizational, the social and the psychological.

Key words: self managed organization, community psychology, critical theory of society, gender, garbage.

1. Considerações Iniciais

A economia solidária se constitui por um conjunto de iniciativas inspiradas em valores humanos que coloca o ser humano como sujeito nas atividades econômicas -ao invés da

¹ Bacharel em Administração Pública e Mestranda em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas.

² Professor Doutor de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

acumulação de capital- e nos processos da vida. Corresponde ao conjunto de atividades socioeconômicas – de produção, distribuição, finanças, trocas, comércio, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão (Singer, 2004, p.11):

A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual.

Essas atividades na economia solidária devem ser organizadas de forma diferente da tradicional hierarquia das organizações da economia competitiva. O modelo de organização do trabalho deve ser o de empreendimentos autogestionários. São cooperativas que têm como proposta um diferente uso das forças produtivas, em que os trabalhadores se organizam de maneira igualitária. O grupo é dono dos meios de produção e tudo o que se ganha é dividido igualmente entre os proprietários. O que há de mais importante no modelo de organização autogestionária é a participação (Gaiger, 2007). Dessa maneira, supõe-se ser possível chegar a uma prática democrática de gestão que não se limita ao voto já que todas as construções são realizadas conjuntamente e o processo decisório se baseia, em princípio, no consenso.

A atenção ao indivíduo que trabalha nesta organização é importante, pois é este quem realiza a produção e são eles quem compõe o grupo. O foco desta pesquisa está na dimensão política da organização da autogestão e seu objetivo foi, a partir da observação da dinâmica do trabalho em uma cooperativa e das características de suas trabalhadoras, fazer um estudo crítico e hermenêutico sobre a interação dos integrantes da cooperativa tendo como referencial os estudos da psicologia social e da teoria crítica da sociedade tendo como foco questões de gênero, trabalho com lixo e o não pertencimento.

2. Referencial Teórico

O referencial teórico desta pesquisa está dividido em três partes. A primeira trata da economia solidária. A segunda, discute a compreensão crítica da relação dos cooperados com a cooperativa. A terceira insere a pesquisa no quadro teórico da psicologia social comunitária, ou seja, na interpretação hermenêutica fundamentada na psicologia social de inspiração materialista-histórica e na psicanálise.

De acordo com esses fundamentos, os participantes na atividade econômica solidária deveriam cooperar ao invés de competir entre si, com vistas ao alcance de uma sociedade em que predomine a igualdade. A chave da proposta da economia solidária é a associação livre

entre iguais, ao invés de um contrato entre desiguais. A autogestão é a forma social de divisão de poder que caracteriza o modo de produção da economia solidária, essa utiliza o conceito de autogestão para a organização de seus trabalhadores. A característica essencial dessa forma de produção é que a posse dos meios de produção seja de todos. O empreendimento é dos indivíduos que ali trabalham, cada um tendo posse de uma parte (Gaiger, 2007).

A proposta da Economia Solidária tornou-se uma referência para os setores de esquerda que viam nela uma nova forma de expressão dos seus ideais. Sendo assim, o fomento dessas práticas entrou para a agenda desses grupos, em geral, sob o formato de políticas públicas de combate à pobreza e redução das desigualdades por meio da valorização do trabalhador (Gaiger, 2007).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2007, registrou no Atlas da Economia Solidária³ a existência de quase 22 mil empreendimentos econômicos solidários no Brasil. Desses, 38,16% formaram o empreendimento como alternativa ao desemprego, 18,9%, como forma de obter mais ganho e 17,31% com a finalidade de complementar a renda. Ou seja, 74,36% dos empreendimentos existem pela renda gerada na atividade. Considerando que 40,41% dos empreendimentos possuem faturamento de até R\$5000,00 por mês para dar conta dos custos do empreendimento e da divisão dos ganhos, não se trata de empreendimentos que gerem alta renda para os seus membros. Assim, no contexto capitalista atual, fica guardado à Economia Solidária, o papel de alternativa de geração de renda e entrada no mercado de trabalho àqueles que estavam excluídos do sistema.

A relação dos cooperados com a autogestão permite formular uma questão sobre a possibilidade da organização democrática da produção. As relações estabelecidas no processo produtivo e entre os cooperados são interrogadas como possibilidades de realização humana e superação da dominação. Essas interrogações exigem uma investigação teórica que transcenda a mera análise administrativa da eficiência da produção, por isso entendemos que é necessário utilizar como referência nesta pesquisa a Teoria Crítica da Sociedade. Horkheimer definiu a existência de dois tipos de teoria e ciência, a tradicional e a crítica. A Teoria Crítica da Sociedade considera a existência de uma relação dialética entre sujeito e objeto. O sujeito do conhecimento é também um sujeito histórico que está inserido num processo igualmente histórico que o molda e condiciona. O teórico tradicional se coloca fora da dinâmica histórica e social, analisa a sociedade apenas como um objeto que está sendo observado (Horkheimer, 1975).

³ <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>
Ano IX – v. 26, n.1/2011

A própria proposta da economia solidária é tomada de modo crítico neste trabalho. Primeiro por que a relação dos trabalhadores com a produção na sociedade capitalista é mediada pelo fetichismo da mercadoria (Goldmann, 1979; Carone, 1984). Essa mediação ameaça a capacidade do ser humano se auto-realizar no produto do seu trabalho e transforma o próprio ser humano em coisa (Goldmann, 1979). Uma proposta reformista da organização produtiva como a economia solidária não parece capaz de mudar essa mediação na sociedade capitalista contemporânea. Note-se que a economia solidária aparece como uma alternativa para os excluídos do sistema produtivo formal e não para toda a sociedade.

A segunda crítica a capacidade da economia solidária transformar as relações de poder é a interiorização da humilhação social, da dominação, nos próprios membros do empreendimento autogestionário. Como afirma José Moura Gonçalves (1998), em uma reação ao que foi a sua socialização dos oprimidos as relações de trabalho revelam a atenção e o receio da reedição de situações hierarquizadas e violentas que foram vividas desde a infância. Procuramos na teoria crítica da sociedade conceitos que permitissem a compreensão da situação estudada. Havia a necessidade de uma interpretação hermenêutica crítica tanto da cooperativa produtiva, pois na economia solidária se supõe uma igualdade discursiva, quanto das interações entre os membros da cooperativa e a pesquisadora.

Encontramos esses conceitos na teoria da ação comunicativa de Jurgen Habermas, quando, a partir do diálogo e da disputa, os indivíduos produzem a razão comunicativa. Desta maneira, as relações sociais e a intersubjetividade de cada um são exteriorizadas. A razão comunicativa se encontra na intersecção do mundo social das normas, do mundo objetivo das coisas e do mundo subjetivo dos afetos. Ela seria mais abrangente e menos autoritária do que a razão subordinada a dominação, já que se estabeleceria a partir de relações dialéticas constituídas pelo questionamento e pela crítica, onde o melhor argumento prevaleceria. (Habermas, 1987). O diálogo e a cooperação são peças fundamentais para a democracia. Por meio da Teoria da Ação Comunicativa (Habermas, 1987) é possível interpretar hermeneuticamente os discursos sem suprimir a sua determinação social, material e histórica. Razão se constitui socialmente nas interações espontâneas, mas adquire maior rigor nos documentos, na divisão de tarefas. Há duas esferas sociais diferentes, nas quais a fala é exercida: a sistêmica (aspecto da realidade social em que se encontra a razão instrumental e técnica) e a ótica do mundo vivido (visão de dentro da sociedade). Seria anti-dialético separar o mundo vivido do sistema social (Habermas, 1987). A oposição entre sistema e mundo da vida é uma tendência do sistema social capitalista, ou seja, de oprimir o mundo da vida, por meio da expansão do âmbito do

sistema. Mas, sem o mundo da vida não há qualquer humanidade no sistema social. Nem sem o sistema social pode haver vida, pois não haveria produção dos bens necessários para a sobrevivência.

Esse quadro geral da sociedade e da história permite indicar a psicologia social de matriz materialista-histórica e a psicanálise como instrumentos de análise do material da pesquisa. A psicologia social brasileira permite localizar a interação concreta e mediada pela linguagem (Lane, 1984; Carone, 1984) e a psicanálise, o estudo das interações e da subjetividade marcada por desejos inconscientes. Ambos são instrumentos da hermenêutica, ou seja, da interpretação dos símbolos e da capacidade intersubjetiva de dar-lhes sentido.

A Psicologia Social e a Psicanálise foram utilizadas nesta pesquisa como modelos hermenêuticos para esclarecer os sentidos atribuídos a muitos dos problemas de interação enfrentados hoje pelas iniciativas autogestionárias.

Para vários autores a psicologia social situa-se na fronteira dos conhecimentos da psicologia e das ciências sociais (Gonçalves Filho, 1998; Farr, 1995). Essa interface não é consensual, dadas as diferentes teorias tanto para a compreensão do indivíduo, quanto para a da cultura e da sociedade. A compreensão crítica dessas relações estabelece uma relação dialética precisa entre sociedade e indivíduo na qual as relações de poder na sociedade criam marcas nos sujeitos. A sua natureza também é compreendida de uma forma específica, na qual o sentido das ações é formado a partir de experiências que envolvem o desejo e a inserção social (necessariamente histórica e material).

Na sociedade atual as formas de subjugação interiorizam um tipo específico de vinculação: a humilhação social. Esse pode ser considerado efeito da desigualdade política e exclusão de toda uma classe social, mas também é algo que vem de dentro do indivíduo humilhado como uma angústia. Sendo assim, torna-se impossível dissociar o que ocorre internamente com o indivíduo do que ocorre no seu entorno (Gonçalves Filho, 1998). A psicologia comunitária representa a preocupação com aspectos da psicologia dos grupos na organização e democratização de movimentos sociais, instituições e espaços de convivência populares. Caracteriza-se por propostas de pesquisa ação ou participante nas comunidades, instituições e grupos sociais marginalizados. Nessa segunda fase convencionou-se chamá-la de psicológica social comunitária (Freitas, 2000; Góis, 2004).

A Psicologia Social, ao estudar o sofrimento psicológico (Carreteiro, 2003) reúne muitos fatores que podem ser encontrados em trabalhadores de iniciativas autogestionárias. A exclusão, pobreza, humilhação social são fatores que geram sofrimento e que precisam de

uma análise apurada para serem entendidos corretamente. Fatores como esses podem ter uma influência relativamente grande na qualidade da autogestão do empreendimento.

Como aproximação entre as três partes do referencial teórico pode-se indicar alguns pressupostos desta pesquisa. A Economia Solidária, a Teoria Crítica da Sociedade e a Psicologia Social são o referencial para a construção da discussão a respeito da estrutura organizacional autogestionária como um dos palcos da luta por emancipação dos seres humanos. A emancipação é o horizonte ainda não alcançado, mas indicado tanto pela economia solidária como pela Teoria Crítica. Deste modo, procura-se analisar as condições da organização autogestionária por meio das possibilidades de existência de ações comunicativas e de condições psicossociais não alienantes, como a luta contra a humilhação e do sofrimento social.

3. Procedimento

Essa pesquisa baseou-se no método qualitativo e incluiu observação direta do cotidiano no trabalho e das reuniões, entrevistas, história de vida, história oral e análise da documentação da cooperativa em questão. Esses procedimentos visaram à apreensão de um objeto de estudo histórico: a subjetividade dos cooperados, suas relações com o trabalho e, principalmente, o funcionamento da sua autogestão.

A observação foi feita como forma de coleta de dados a partir da interação do pesquisador com o objeto pesquisado. Para isso, a presença do pesquisador na cooperativa foi rotineira e a interação com os cooperados, constante. Apesar da pesquisadora não ter participado da atividade produtiva propriamente dita, ele se manteve o mais próximo possível das cooperadas.

Após a fase de observação e aproximação, de formação de consideração recíproca, foram realizadas entrevistas semi dirigidas com as cooperadas. As entrevistas tiveram como foco a história de vida dessas mulheres, a relação com a cooperativa e com as outras cooperadas.

Por fim, a história de vida dos cooperadas fez com que a pesquisadora tivesse proximidade ao “processo” de formação da cooperativa e das relações entre as pessoas. A história de vida foi obtida por meio do relato oral da autobiografia dos cooperados. A história oral consistiu em utilizar tudo o que é manifestado e que fosse pertinente ao objetivo da pesquisa. Assim, os significados que estavam presentes nas falas puderam ser levados em consideração.

Por último, foi feita uma análise dos documentos da cooperativa como estatuto, regimento interno, atas de reuniões e assembléias. Com esse material foi possível complementar a história oral com a documental.

4. As cooperadas, a cooperativa e o seu entorno

Para José Moura Gonçalves Filho (1993, p.3):

A visão dos bairros pobres parece, às vezes, ainda mais impiedosa do que a visão de ambientes arruinados: não são bairros que o tempo veio corroer ou as guerras vieram abalar, são bairros que mal puderam nascer para o tempo e para a história.

A cooperativa se localiza em um município no litoral de São Paulo em um bairro periférico. Segundo o Censo (2000), a maioria dos moradores vive em situação de vulnerabilidade social alta ou muito alta. É um bairro peculiar, pois apesar de pertencer ao município de Guarujá é mais próximo de Santos. O acesso ao bairro partindo do centro do Guarujá se dá por meio de uma estrada sinuosa de, aproximadamente, dez quilômetros de extensão. Vindo de Santos, basta utilizar uma barca e atravessar o canal, o que é mais rápido e barato do que ir ao centro da cidade.

Os terrenos da região são da Marinha e foram ocupados pelos moradores do bairro de forma ilegal. O Governo Federal fez um acordo de concessão com a Marinha e então foi delegado à Prefeitura legalizar e conceder os títulos de propriedade aos moradores.

A Cooperativa fica numa “ruela” não asfaltada que sai da rua principal. Essa rua acaba no porto das barcas que vão para Santos e é nela também que fica a escola do bairro. Durante todo o dia a rua tem movimento de pessoas que, ou estão a caminho de algum lugar, ou estão por lá conversando com vizinhos e amigos. Apesar de os moradores considerarem o bairro violento, a sensação que se tem na rua é de bastante segurança. O comércio local dá conta da venda de produtos básicos e satisfaz possíveis emergências.

Ao perguntar na rua onde fica a cooperativa, as crianças rapidamente se prontificam: *É ali naquele beco!*. O beco é uma rua estreita de chão de terra que dá acesso a três casas, uma delas é a sede da Cooperativa. A porta da cooperativa está sempre aberta e, ao chegar, já é possível avistar as cooperadas trabalhando. O cômodo está apertado e quase não comporta o estoque de materiais e produtos, as máquinas de produção e as produtoras. No entanto, enquanto o pavimento superior não fica pronto, improvisam-se prateleiras e armários para que as atividades da Cooperativa não parem.

A produção da Cooperativa é bastante variada. O principal produto é o pufe de garrafa pet que é feito a partir de uma técnica específica de encaixe de garrafas que garante a estabilidade do assento. Os móveis podem ter as garrafas aparentes ou podem ser forrados com diferentes tecidos ou técnicas decorativas. Além dos puffes, são produzidas poltronas com a mesma técnica de encaixe de garrafas. Além desses, outros produtos são feitos reutilizando a garrafa pet.

As garrafas plásticas utilizadas pela cooperativa provêm da coleta feita pelas cooperadas três vezes por semana pela manhã. Com um triciclo elas saem recolhendo garrafas jogadas nas ruas, na proximidade do mangue e nas casas. Para essa atividade as cooperadas fazem um rodízio, porém muitas delas contam que não gostam de sair para coletar garrafas. Margarida⁴, a presidente da cooperativa conta que, no início, os amigos e a família riam ao vê-la no triciclo *catando lixo*, mas que agora já se acostumaram. Margarida fala que agora não consegue mais ver uma garrafa jogada no chão e não recolher e levar pra cooperativa. Depois de recolhidas, as garrafas são devidamente higienizadas nos tanques da cooperativa.

Para garantir as vendas e entrar no mercado formal, a cooperativa conta com o apoio de parceiros que a insere numa rede de Economia Solidária que divulga o trabalho. O trabalho com garrafas pet na construção dos móveis consegue boa adesão nas novas tendências do design que valorizam práticas ambientalmente responsáveis. A partir desse nicho, a cooperativa conseguiu sair do anonimato e dar início as suas vendas. No entanto, ela ainda sofre para manter a fluidez das vendas e a sustentabilidade financeira. Isso ocorre devido a pouca experiência e conhecimento das cooperadas com práticas de gestão e, principalmente, pelas exigências mercadológicas que impõe padrões de alta competitividade difíceis de se alcançar com um estrutura pequena e artesanal.

Esse empreendimento formado por mulheres é constituído formalmente como uma cooperativa e, ao longo de sua história, possuiu variação considerável no seu número de membros. Mesmo assim, desde o início sempre pôde garantir a estrutura hierárquica de cargos exigidos pela legislação. Apesar de existir essa divisão, os cargos são rotativos, garantindo a participação de todas nos diferentes papéis. No cotidiano de trabalho as funções se dividem de acordo com as aptidões e preferências das cooperadas. Na observação, não foi percebido desconforto com as funções desempenhadas por cada uma. Quando isso ocorre, como é o caso da coleta, a divisão do trabalho é feita de forma igualitária entre todas as cooperadas.

⁴ Os nomes aqui utilizados são fictícios para que seja preservada a identidade dessas pessoas.
Ano IX – v. 26, n.1/2011

Outra característica marcante da autogestão desse empreendimento é a forma de tomada de decisão. Além das assembleias exigidas pela sua constituição jurídica, são realizadas reuniões semanais para decidir os passos a serem dados pela cooperativa e quais serão suas estratégias de atuação. Nesses espaços, todas participam com o mesmo poder de voto e de argumentação. Em alguns desses encontros, também estão presentes técnicos de instituições que dão apoio na estruturação da gestão da cooperativa, sugerindo ferramentas e caminhos a serem seguidos. O ambiente descontraído é uma característica da Cooperativa. Ali estão apenas mulheres que tem muito em comum entre si. Apesar dessas 13 mulheres fazerem parte de gerações diferentes e possuírem histórias próprias, existem muitas confluências nos seus caminhos. A maioria delas veio do Norte ou Nordeste, são casadas e têm filhos. Todas dispõem de baixa renda familiar e a cooperativa é uma forma de complementar os rendimentos da casa. Foi acompanhando esse ritmo que a pesquisadora pôde conhecer melhor as pessoas que compõe a Cooperativa e o funcionamento desse ambiente de trabalho.

5. Observações e Análises

As observações qualitativas das cooperadas no seu arranjo produtivo e organizativo inserido no seu entorno social levaram a dois eixos de análise. O primeiro é o das relações de gênero na cooperativa e na sua autogestão. O segundo é o da manipulação e do desconforto com a representação da sua matéria prima, ou seja, o lixo que se transforma retoricamente em *material reciclável*.

5.1. Relações de gênero na cooperativa

Como a Cooperativa é um empreendimento formado apenas por pessoas de mesmo sexo, torna-se inevitável fazer uma análise de como a questão do gênero se apresenta no ambiente de trabalho da cooperativa. Na convivência com aquelas trabalhadoras, questões ligadas ao sexo feminino estiveram presentes tanto na execução da pesquisa como também na forma de objeto de estudo.

A cooperativa é formada apenas por mulheres e as sete entrevistadas possuem um ou mais filhos, assim como quase todas as trabalhadoras da Cooperativa. Cinco delas são casadas e duas, viúvas. As idades dos filhos variam muito até porque a faixa etária das cooperadas varia de 18 a 64 anos. Sendo assim, falas como:

trabalhava até o menino nascer. Depois que ele nasceu o meu marido não deixou mais eu trabalhar. Daí, quando ele faleceu, eu trabalhei. ou eu penso que educação da criança tem muito a ver quando a mãe trabalha fora que a mãe fica ausente e ficam sendo criados por outros. (...) Quando o pai trabalha fora e os filhos são criados pela mãe, tem aquela coisa assim, fica um ser humano melhor, né?

Essas falas foram freqüentes nas conversas tidas com as cooperadas. Na maior parte dos casos, após o nascimento dos filhos, as mulheres pararam de trabalhar. Algumas relataram a intervenção do marido para que parassem de trabalhar, mas muitas colocaram que precisaram parar, pois não conseguiam criar os filhos e manter um trabalho concomitantemente.

Essas falas podem ser interpretadas a partir da hermenêutica psicanalítica. Nessas falas o lugar do feminino remete a uma posição determinada na linguagem e na cultura. Historicamente as mulheres também viveram a pressão para se adaptarem ao modelo de cuidados com a reprodução da vida e a autonomia individual. A própria mulher vivencia o conflito entre o lugar doméstico e a independência na renda. Para Kehl (1998) esse conflito tem início na metade do século XIX quando as literaturas burguesas incitavam os sujeitos a buscarem sua liberdade e se aventurarem em trajetórias próprias o que, para as mulheres entrava em conflito com o seu papel doméstico em que ainda estava enredada simbolicamente numa dependência do que o homem esperava dela. Para o aforisma laciano, o homem possui o seu órgão sexual como algo que funda uma “identidade” entre todos os homens, que se sintetizaria pelo significante fálico (Kehl, 1998). Enquanto isso, a mulher não teria um significante único que uniria a todas numa única identidade. O único significante reconhecido pelo inconsciente seria o de mãe, não de mulher (Kehl, 1998). Ao mesmo tempo, a mulher para existir enquanto sujeito precisa se afastar da identificação à mãe que é uma figura imaginária e, portanto, não constitui uma mulher.

Para Freud, a mulher estaria sempre presa ao seu “estado de natureza” por conta das representações do corpo feminino, enquanto os homens poderiam alcançar o lugar de “seres da razão”. Tal posição na psicanálise foi modernizada por meio da concepção de que as mulheres podem através da construção da linguagem se singularizarem. Como sujeitos podem produzir mudanças no simbólico (Kehl, 1998).

A essa redução do gênero feminino ao estado de natureza, ao papel de mãe, se opõe as mudanças na autonomia feminina no mercado de trabalho e em relação a sua própria sexualidade. As mulheres buscam em suas ações e falas ressignificar o papel de mãe e identificar o seu lugar na sociedade como sujeitos de direito e de desejo. Na Cooperativa esse dilema é recorrente e facilmente perceptível no dia-a-dia. Ao ser questionada sobre o que seu marido achava dela trabalhar na cooperativa, Rosa respondeu: *No começo ele não queria de*
Ano IX – v. 26, n.1/2011

jeito nenhum. Falou 'não, não, não, vai ficar tudo muito bagunçado, tu não vai ter tempo pra nada. Daí ele foi vendo que eram só três horas, daí ele então pegou e liberou, achou normal. Nesse sentido, o trabalho doméstico também aparece constantemente como um entrave. Ao perguntar sobre como fazem para relacionar o trabalho na cooperativa e os cuidados com a casa e com os filhos, percebe-se que essa ainda é uma dificuldade, pois acabam sempre por sacrificar algum dos lados: *Ah, dá pra conciliar, eu tenho ajuda da minha mãe, ela fica com as crianças de segunda a sexta pra eu vir pra cá. (...) Dá pra conciliar, eu cuido das coisas tudo direitinho, deixo tudo organizado, já vou programando o meu dia...* diz Rosa, enquanto que para Claudia: *Às vezes, dependendo do tanto de serviço que tem, atrapalha um pouco o dia-a-dia da gente, o trabalho doméstico..*

As dificuldades encontradas por mulheres que tentam adentrar ao mercado de trabalho são bastante conhecidas no que diz respeito à sua conciliação com os papéis de mãe e dona de casa. No entanto, normalmente, a estrutura oferecida pelos postos de trabalho tradicionais praticamente impossibilita que a mulher concilie essas atividades. O que acaba acontecendo é que muitas mulheres deixam de trabalhar ou pagam alguém para ficar com os filhos, porém, o trabalho não deixa de significar um enfrentamento a um papel entendido pela sociedade em geral como próprio das mulheres.

Apesar disso também ocorrer com o trabalho na cooperativa, foi possível observar algumas diferenças nas condições para conciliação dos diversos papéis vividos por essas mulheres. A primeira delas é a proximidade entre a Cooperativa e as casas das cooperadas e de seus familiares. Como a sede está dentro do bairro, não é raro ver as crianças passarem por lá para verem suas mães ou também, essas podem sair da cooperativa para resolver algo em casa. Além da questão da localização, existe também uma compreensão mútua das dificuldades presentes na vida de cada uma delas. Como todas estão em situações parecidas, fez-se possível a criação de um ambiente que aceita e reconhece as necessidades das cooperadas.

O dia-a-dia na Cooperativa é bastante descontraído. As brincadeiras, piadas e risadas são constantes na rotina de trabalho. Além disso, é comum conversarem, enquanto trabalham, sobre os problemas que tiveram em casa ou sobre os filhos e maridos. Dessa forma, diariamente as cooperadas trocam dificuldades e encontram a ajuda nas suas parceiras. Isso faz com que seja possível conciliar o trabalho na cooperativa com o cuidado dos filhos e da casa, mas também, faz daquele espaço um lugar de descontração.

A forma autogestionária de organização traz, portanto, a oportunidade da criação de um ambiente de trabalho em que as mulheres possam exercer uma profissão sem renegar a

maternidade e vice-versa. Num espaço em que todas são donas do negócio e decidem as regras de forma igualitária e participativa, as necessidades e características das cooperadas podem ser reconhecidas e, eventualmente supridas. Como a Cooperativa é um empreendimento formado apenas por mulheres, a troca de experiência e a identificação como um grupo de mães que trabalham ocorre diariamente e o resultado disso é um ambiente de trabalho que apresenta flexibilidade suficiente para abarcar, como possível, as demandas dessas mulheres. Nesse sentido, ocorre um espaço de ação comunicativa em que, as cooperadas, participantes do processo decisório, de forma dialética, criam um ambiente receptivo aos conflitos entre os papéis vividos do feminino. Essas relações parecem indicar um espaço de relação que supera a reprodução de situações de humilhação.

5.2. O trabalho com o lixo e o sentimento de não pertencimento

Ao conversar com as cooperadas é fácil perceber que a palavra lixo não é muito bem-vinda. Quando querem falar da matéria-prima da sua produção falam em resíduos ou reciclados e não se sentem bem quando alguém menciona que trabalham com lixo. Em um determinado momento da visita um dos técnicos externos propôs que elas trabalhassem com a coleta do lixo reciclável do bairro, levando-o para a central de triagem. A reação de C.A. foi ilustrativa: *Eu não vejo a gente trabalhando com lixo.*

Essa situação nos leva a refletir sobre o significado do lixo para a sociedade e o papel que ele tem para as pessoas que o possuem como parte integrante do seu trabalho. Os principais produtos da Cooperativa têm como matéria-prima garrafas pet recolhidas no bairro, seja nas casas, na rua ou até no mangue. As garrafas não deixam de ser um objeto já utilizado por alguém que foi descartado, isso as configura como lixo. As garrafas coletadas nem sempre estão limpas e prontas para o uso, elas precisam passar por uma higienização antes de entrarem para o processo produtivo. Sendo assim, o que diferencia as garrafas do lixo?

O lixo possui, na maior parte das vezes, odor e aparência que desagradam. Além disso, ele é o resto, o que foi descartado pela comunidade. Essas características levam as pessoas a associarem o lixo a algo degradante e sem valor que se aproxima, no imaginário, à noção de morte. Talvez seja assim que o lixo passa a ser visto como um tabu (Carmo, Oliveira, Arruda, 2006).

Quem trabalha com o lixo lida com o que foi descartado por toda a sociedade. Essas pessoas, muitas vezes, sobrevivem daquilo que não tem valor algum aos olhos dos outros. Esse

contexto é um retrato de papéis assumidos pela sociedade para as diferentes pessoas e, que nesse caso, explicitam uma situação de pertencimento e não pertencimento, ou seja, os que geram o lixo e os que vivem dele. O trabalho com o lixo escancara uma situação de diferença de classes sociais em que aquele que produz o lixo possui uma posição superior àquele que sobrevive do lixo recolhido. A posição de não pertencer gera um sentimento de não fazer parte da sociedade, de não existir. Por se tratar de um desconforto causado por uma situação de desigualdade social é possível caracterizar essa como uma situação de humilhação social (Gonçalves Filho, 1998). Assumir o trabalho com o lixo acaba por significar assumir uma posição de inferioridade e, mais do que isso, de exclusão. As mulheres da Cooperativa relatam circunstâncias em que os outros moradores do bairro reagem negativamente quando elas passam recolhendo as garrafas. Foram relatados momentos em que a família e pessoas da comunidade riam do “triciclo horroroso” que usam para transitar nos dias de coleta.

A fala das cooperadas sobre o trabalho vem sempre acompanhada de um discurso ambiental que tem a reciclagem como forma de solucionar problemas ambientais que o planeta enfrenta hoje. Zumira explica como o trabalho com o óleo tem um papel importante para o meio ambiente: *A gente sabe que o óleo faz mal pro meio ambiente, a gente faz sabão ou vende o óleo para fazer biodiesel*. Esse discurso retira o sentido pejorativo do lixo e traz um novo significado também explícito claramente por Zumira: *Nós somos multiplicadoras de um trabalho bom, um trabalho positivo*.

Essa mudança do significado do lixo só pôde ocorrer porque a sociedade como um todo está, cada vez mais, valorizando iniciativas como essa. O que antes era visto como problema restrito aos ambientalistas e especialistas na área, hoje é um problema mundial. A apropriação desse discurso por parte das cooperadas faz com que elas possam de alguma forma tentar reagir à humilhação de ter que trabalhar com o lixo alheio e tentam ser agentes ambientais com alto valor perante o resto da sociedade.

No entanto, a construção desses significados e a aceitação do problema como uma oportunidade econômica são construções apropriadas por essas cooperadas. A organização autogestionária permite que elas imponham seus limites com aquele trabalho e digam não ao que acreditam exceder o aceitável. A construção do ambiente de trabalho por meio do debate democrático e do consenso permite que essas mulheres se apropriem de um discurso externo e o transformem de forma que faça sentido para sua vivência. A ação comunicativa não proporciona, necessariamente, o sucesso e a satisfação de todos, mas ela permite que se chegue mais perto do consenso. A comunicação com igualdade é um exercício difícil já que

precisa englobar opiniões diversas, no entanto, ela abre espaço para que se construa algo que esteja de acordo com as vontades e necessidades dos envolvidos.

A Cooperativa conseguiu construir um acordo em que o lixo não é lixo, pois não é fim, mas sim começo. Os resíduos dão vida a objetos úteis e bonitos que carregam consigo uma luta contra uma situação de exclusão e que gera uma valorização dessas pessoas na comunidade. O exercício da igualdade aparece como forma de buscar uma identidade que as faça ir além do lugar de não pertencimento. Esse acordo mostra características da ação comunicativa e de cooperação que enfrenta o individualismo dominante na sociedade capitalista.

6. Considerações Finais

Como foi possível verificar nesse trabalho, esse grupo produtivo possui uma vivência marcada pela sua formação, de pessoas apenas do sexo feminino e pelo seu objeto de trabalho, o lixo.

Existe uma situação de sofrimento por conta de papéis conflituosos que atingem as mulheres que trabalham na cooperativa. Por um lado, possuem um compromisso com a família e com o lar, por outro possuem o desejo de desempenharem outro papel na sociedade, exercendo uma atividade produtiva e rentável. Conciliar esses dois papéis é complexo, pois ambos exigem tempo e dedicação. No entanto, por meio da construção do consenso, esse grupo criou um ambiente com soluções cotidianas em que lidam com esse sofrimento.

Além dessa questão, outro aspecto observado foi que o trabalho cuja matéria-prima é o que foi descartado pelo outro cria um sentimento de não pertencimento à sociedade. Nessa situação, uns utilizam o que desejam e descartam o resto e outros precisam sobreviver desse material visto como lixo. Porém, num ambiente de construção conjunta como o da cooperativa, é possível que as trabalhadoras coloquem limites e vontades para que, por meio do trabalho possam tentar adquirir outro posicionamento perante a sociedade e a comunidade local: o de agente ambiental, papel tão valorizado atualmente.

Certamente a autogestão por si só não pode lidar plenamente com o sofrimento gerado por esse não pertencimento e conflito de papéis. No entanto, esse trabalho tentou demonstrar que a participação na construção de uma ambiente de trabalho, por meio da busca do consenso, pode significar a construção de alternativas de renda e sustentação de mudanças simbólicas. A forma horizontal de tomada de decisão mostra-se como um caminho para a construção de ambientes de trabalho inovadores que tragam soluções para conflitos do cotidiano que acabam

por contribuir para uma situação de exclusão social e sofrimento psíquico. Nesse empreendimento, a forma autogestionária de organização contribuiu para que as necessidades das cooperadas fossem abarcadas, viabilizando um ambiente que colabore com a conciliação de papéis dessas mulheres na comunidade e com a simbolização positiva do tipo de trabalho que realizam.

7. Referências

- CARONE, I. “A dialética marxista: uma leitura epistemológica”. In LANE S. T. e GODO W. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984
- CARRETEIRO, T. *Sofrimentos Sociais em Debate*. Psicologia USP,14(3), 57-72, 2003.
- CARMO, M., OLIVEIRA, J., ARRUDA, R. *O Trabalho com Resíduos pelos Classificadores - o Papel da Semântica do Lixo no Reconhecimento Social e Identidade Profissional*. Anais do XXX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Salvador, BA, Brasil, 2006.
- FREITAS. Psicologia na comunidade e psicologia comunitária. In CAMPOS, R. H. F. *Psicologia Social Comunitária*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GÓIS, Cezar Wagner de Lima. Psicologia Comunitária. In Silva Maria de Fátima de Sene e. AQUINO, Cassio Adriano Braz de. *Psicologia Social: desdobramentos e aplicações*. Coleção Ensaio Transversais, São Paulo; Escrituras, 2004
- GAIGER, L. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Cadernos do CRH, UFBA - Salvador, n. 39, p. 181-211, 2003. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 2007.
- GOLDMANN, L. “A reificação”. In: *Dialética e cultura*. São Paulo, Paz e Terra, 1979
- GONÇALVES FILHO, J. *Humilhação Social: um Problema Político em Psicologia*. Psicologia USP vol. 9, n.2. São Paulo, 1998.
- HABERMAS, J. *Teoria de la accion comunicativa II*. Madri: Taurus, 1987.
- HAGUETTE, T. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 9. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1934.
- HORKHEIMER, M. *Teoria tradicional e teoria crítica*. In Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas. (Coleção os Pensadores, Vol XLVIII). São Paulo, Abril, 1975.
- KEHL, M. *Deslocamentos do Feminino*. São Paulo, Imago, 1998.

LANE, S. T. “Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia”. In LANE S. T. e GODO W. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984

SINGER, P. *Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário*. Estudos Avançados 18 (51), 2004.